



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

06/04/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRAL DE INQUÉRITOS.....	1 - 2
1.2. TELEJUDICIÁRIO.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. DECISÕES.....	4 - 5
3. JORNAL EXTRA	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	6
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. JUÍZES.....	7
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	8
5.2. CNJ.....	9 - 11
5.3. COMARCAS.....	12
5.4. CONVÊNIOS.....	13
5.5. DECISÕES.....	14 - 17
5.6. DESEMBARGADORES.....	18 - 19
5.7. SINDJUS.....	20
5.8. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	21 - 22

Pág. 3

Sancionada Lei que cria Central de Inquéritos de São Luís

A governadora do Estado sancionou o projeto de lei que cria a Central de Inquéritos de São Luís. Em março, o projeto já havia sido aprovado por unanimidade da Assembleia Legislativa, onde teve relatoria do deputado Edilázio Junior. Com a sanção, a unidade judicial fica pendente apenas de sua instalação pelo Tribunal de Justiça.

Sancionada Lei que cria Central de Inquéritos de São Luís

A governadora do Estado sancionou o projeto de lei que cria a Central de Inquéritos de São Luís. Em março, o projeto já havia sido aprovado por unanimidade da Assembleia Legislativa, onde teve relatoria do deputado Edilázio Junior. Com a sanção, a unidade judicial fica pendente apenas de sua instalação pelo Tribunal de Justiça. •

A Central de Inquéritos é fruto do projeto de Lei Complementar nº. 10, do Tribunal de Justiça, e partiu de uma reivindicação da desembargadora Nelma Sarney, corregedora-geral da Justiça. A unidade é uma das iniciativas do Programa Integrado de Combate à Violência, coordenado pela desembargadora, que lembrou “esse projeto atende aos clamores dos diversos órgãos e representações públicas que parti-

ciparam das discussões sobre o enfrentamento à violência no Estado, com destaque para região de São Luís”.

Dentre os benefícios da central, está a o de dar mais celeridade às solicitações realizadas pelas autoridades policiais, quando da necessidade de realizar suas operações, a exemplo dos mandatos de busca e apreensão.

“A Central de Inquéritos objetiva melhorar a estruturação dos serviços judiciais no âmbito do 1º grau, sobretudo descentralizando atribuições de competências com processamento de inquéritos policiais, seus incidentes e, principalmente, medidas cautelares de urgência de interesse dos órgãos policiais, incrementando ainda maior rapidez nas atividades policial e judicial em nossa cidade”, esclareceu Nelma Sarney.

Telejudiciário foi acionado quase 8,5 mil vezes no primeiro trimestre de 2014

O Telejudiciário - serviço telefônico gratuito do Judiciário que atende pelo número 0800-707 1581 - registrou 8.464 mil atendimentos nos primeiros três meses de 2014. O número corresponde a cerca de 25% do total de ligações recebidas no ano de 2013, quando foram atendidos 34.359 chamados.

Nos último trimestre, o serviço foi acionado por mais de 6 mil pessoas interessa-

das em informações sobre o Poder Judiciário, além de consultas às movimentações processuais, plantões, casamentos comunitários, correições, sessões do tribunal do júri, agendamento de audiências de conciliação e outras 42 opções disponíveis.

A central recebe ainda reclamações, denúncias e solicitações sobre a conduta de servidores, juízes e serventuários e ações do Poder Judici-

ário, como também sugestões e críticas para melhoria das atividades jurisdicionais. As demandas são encaminhadas à Ouvidoria e aos setores responsáveis que averiguam as questões apresentadas

O serviço também orienta o cidadão sobre como ingressar com uma ação na justiça, tipos de processos, documentação necessária e os órgãos competentes para receber e julgar ações.

Uma equipe de 17 atendentes, um supervisor e três auxiliares se revezam para não interromper o funcionamento do setor. Em média, são atendidas 3 mil ligações por mês e mais de 40 mil ao ano, distribuídas num leque de 42 serviços diferenciados. A média diária do trimestre é de 143 atendimentos.

“O Telejudiciário é um canal que aproxima o cidadão do Poder Judiciário.

Justiça, em dois tempos

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Tempos atrás, um amigo relatou-me, de forma muito crítica, o fato de ter ingressado na Justiça para reaver um crédito e, passados alguns meses, não ter nenhuma solução.

Depois de argumentar que, na maioria das vezes, é a lei, e não o juiz, que torna a Justiça morosa, calei-me e deixei-o verbalizar todos os seus contra-argumentos, pois entendo perfeitamente o que sente o cidadão nessa hora.

Bem, passados mais um par de anos, fiquei sabendo que esse mesmo amigo tinha comprado uns equipamentos e, por dificuldades financeiras, ficara devedor e foi executado pela empresa credora.

Coincidentemente, depois de tomar ciência desses fatos, encontrei com ele e, preocupada, perguntei se tinha resolvido a pendência. Como resposta obtive a confirmação de que estava tudo bem, não porque pagara a importância de muitos milhões que devia, mas porque contratara um bom advogado e estava conseguindo ganhar tempo, com uma série de recursos protelatórios.

Pois bem, desde então toda vez que afirmam que a Justiça é lenta, venho argumentando que "depende". Tudo é uma questão de ponto de vista, pois se tenho algo a receber, quero de imediato, e, se não consigo, a Justiça é morosa; ao passo que, se sou devedor, e uso o processo para protelar o pagamento, a Justiça é adequada.

Quer ver outra coisa: quando o filho dos outros comete um crime, deve ser punido exemplarmente, e se o sujeito é rico, muitos gostariam, de fato, de ver seu sangue rolar no asfalto. Agora, se o filho a cometer o delito é daquele que quer ver punição exemplar do filho dos outros, a coisa muda de figura.

Tudo é relativo!

Não bastasse termos de conviver com essas posições relativas, que sempre colocam a Justiça em desvantagem, no quesito "satisfação do cliente", não raramente nos deparamos com notícias que, pela

conclusão grosseira, fico me perguntando se é só desconhecimento dos meandros legais ou se demagogia para amealhar audiência.

Semana passada deparei-me, por duas vezes, com essa situação.

Primeiro li no jornal que uma Procuradora de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, condenada por maus tratos impostos à filha adotada, foi solta. As críticas foram muitas, e, em regra, por entenderem que a Justiça não poderia soltá-la.

Diante disso, fiquei me questionando: como a Justiça poderia mantê-la sob custódia, se ela cumpriu a pena e não existe no Brasil prisão perpétua?

O segundo caso diz respeito a um deputado federal que, pela prática de crime eleitoral, foi condenado a três anos e alguns meses de prisão, e a imprensa reverberou que o "juiz" teria "optado" pela manutenção da prisão domiciliar.

Ora, nos termos legais, a pena de prisão igual ou inferior a quatro anos deverá ser cumprida em regime aberto. E como funciona o regime aberto? O condenado deverá se recolher, no período noturno, na

casa de albergado.

Acontece que, em Brasília, onde deverá o deputado cumprir a pena, não há casa de albergado, razão pela qual o juiz determinou, não por entendimento pessoal, que este se recolhesse em casa, à noite.

E antes que alguém diga, inadvertidamente, que o Poder Judiciário deveria providenciar a construção da casa de albergado, alerto que a construção desse tipo de espaço, das prisões e penitenciárias, bem como da gestão do sistema prisional é de competência do Poder Executivo.

Não quero dizer, contudo, com tais exemplos, que a culpa é sempre da legislação, apesar de entender que ela detém parcela considerável de culpa.

O Poder Judiciário, como qualquer organização formada por homens, e não por anjos, tem uma série de pecados, o que exige que persigamos sempre melhorias nos serviços prestados à sociedade.

Entretanto, confesso que falei tudo isso, só para dar uma péssima notícia, do meu ponto de vista, é claro, que deve servir para piorar o quadro, que já não está bom.

A Câmara dos Deputados aprovou, dias atrás, o novo texto do Código de Processo Civil e resolveu excluir a chamada penhora on line.

O que é isso? Explico: trata-se de uma ferramenta que confere celeridade ao trâmite do processo, em que o juiz, ao deferir a penhora em dinheiro, contra aquele que deve, manda uma ordem, pelo sistema informatizado, ao Banco Central para que bloqueie o valor correspondente, visando o pagamento do credor.

Isso é novidade? Antes não se promovia a penhora em dinheiro do devedor? Respondo: não, a penhora em dinheiro não é novidade. O que é inovador, desde a implantação do sistema, é a rapidez com que se consegue promover o ato de penhora.

Antes disso, quando se mandava penhorar dinheiro, a ordem ia pelos correios ou oficial de justi-

ça, e aí o que acontecia, com muita frequência? A parte já tinha retirado o dinheiro da conta; ou o banco, antes de cumprir a ordem, avisava o correntista, que corria e aliviava o cofre.

E mais: pelo sistema tradicional, em grande parte dos casos, tinha-se antes de oficiar ao Banco Central, em Brasília, para que este informasse se existiam contas em nome do devedor, para só depois determinar a penhora no banco indicado.

Isso, vocês já devem ter percebido, levava meses. Diferente da penhora on line, que em quarenta e oito horas o Banco Central informa e já bloqueia o dinheiro.

Bem, mas ainda existe uma esperança no final do túnel, pois o projeto irá ao Senado, para votação final, e torçamos para que retorne a possibilidade da penhora on line.

Enfim, espero e torço para que os senadores e senadoras não tenham o mesmo "caráter relativo" daquele meu amigo, que acha adequada uma Justiça morosa, quando é devedor.

.....
Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globo.com

DOMINGO DE POLÍTICA – IV - DEMOCRACIA NO JUDICIÁRIO É LEGAL...

IDELFONSO VASCONCELOS*

Hoje, domingo de grandes acontecimentos – social e político – muitas pessoas vão às praias de São Luís – pega uma onda – viver momentos maravilhosos – curtir – as passarelas – das finas mulheres – e outras ações perfeitas – degustarem uma peixada – uma camaroadas – caranguejadas e outros pratos tipos que rolam nos bares e restaurantes. Aí vão ler jornais curtirem, as notícias e entre os jornais lógico, que está o **Jornal Extra**.

Que bom o que vai acontecer no Poder Judiciário, vai ser uma forma mais perfeito de democratizar ainda mais aquele poder. E é de esperar que os membros do poder vão analisar a proposta dos juízes que levaram ao comando – através do presidente da AMAM, juiz Gervásio Protásio Junior. O documento que foi entregue em mãos ao TJMA, com campanha que coincidem com os 50 anos do Golpe Militar – 31 de março.

A proposta que juízes levaram é uma reivindicação de direito e de fato dentro dos parâmetros de renovação democrática do Judiciário. Foram cerca de 40 juízes no dia 31 de março pela parte da manhã de encontro as sede do poder – Tribunal de Justiça do Maranhão - chegando a sede procuraram logo protocolar o requerimento de solicitação em conjunto com Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMAM). A solicitação – é um documento que direciona ao regimento da Corte – numa alteração – para permitir a participação de juízes de 1º. Grau no processo de escolha do presidente e vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão.

É um acontecimento que se tornou de mobilização de um campanha “diretas já” nos Tribunais e neste quadro afinar-se com os 50 anos do Golpe Militar de 31 de março de 1964. Que detonou no governo do presidente João Goulart (que na época foi caracterizado Jango), então se crepitou uma ditadura militar no país.

Os juízes se concentraram às 9h, na sede da Corte localizada na Rua do Egitó, centro de São Luís, após o evento os juízes marcharam juntos pra o prédio do Tribunal de Justiça na Praça Dom Pedro – II, quando fizeram toda parte burocrática e fizeram-se avançar com a entregar ao vice-presidente da Corte Desembargadora Anildes Cruz, por motivo da presidente não se encontrar no momento na sede da Corte.

O presidente da AMAM juiz Gervásio Protásio dos Santos Junior, que segundo explanou a imprensa que tratava de uma solicitação ao Tribunal de Justiça do Maranhão “que corresponde a uma alteração no regimento interno para que os juízes possam participar do processo de escolha na direção do TJ”. Com sua explanação disse mais – o presidente da AMAM Gervásio Santos JUNIOR – QUE após a formalização do protocolo, a Associação dos Magistrados espera que o Tribunal de Justiça possa examinar a matéria com o devido cuidado que ela merece “A gente tem a compreensão do que isso representa, mas também o nosso objetivo é demonstrar ao Congresso Nacional que a magistratura brasileira está unida em torno desse tema. Nós temos a PEC 187 (Proposta de Emenda à Constituição para obrigar que a eleição nos tribunais seja direta e essa PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Na semana passada o presidente da Casa, o deputado federal Henrique Eduardo Alves, se comprometeu no decorrer da semana examinar o mérito. Informou – Presidente da Amam juiz Gervásio Junior.

Dentro de uma postura democrática, os desembargadores junto com a presidência e vice-presidência - poderia mostrar que o Maranhão foi à pioneiro ao Brasil nessa ação democrática trazendo pra si a questão e dentro do quadro colocado uma decisão positiva, com demonstração que é uma Corte que se ver num caminho de uma união fortalecida nas suas determinações.

A vice-presidente do Tribunal de Justiça desembargadora Anildes Cruz disse a imprensa que a proposta conjuntas da Associação dos Magistrados do Maranhão e da Associação dos Magistrados Brasileiros será encaminhada à Comissão do Regimento Interno e Procedimento do Tribunal de Justiça da qual ela também é presidente... Ainda disse mais – a desembargadora Anildes Cruz – que cada desembargador receberá cópia do documento para posterior discussão e apreciação das reivindicações apresentadas pelas as “Associações de Magistrados”, que vai se reunir para devida discussão e procurar conhecer a posição adotada por outras Cortes do país, que refere às prerrogativas da propostas. Finalizou a imprensa a desembargadora. Vice-presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão Anilde Cruz.

*JORNALISTA - IDELVASCO@HOTMAIL.COM.

Marwelblog

Juiz de Direito e Exército Brasileiro



Juiz de Direito

Membro do poder Judiciário, é concursado e tem a responsabilidade de julgar demandas judiciais causadas, na maioria das vezes, por conflitos de interesse entre pessoas. É fundamental para este profissional, durante um processo, velar pela própria solução do litígio, prevenir e reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça e tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes. A principal função do juiz de Direito, em síntese, é preservar a dignidade humana e defender as liberdades públicas e buscar a pacificação social através da resolução definitiva de conflitos de interesses entre pessoas e bens da vida, tais como a liberdade, o patrimônio, a honra e outros. Cabe ao meritíssimo decidir a demanda judicial com a finalidade de revelar qual das partes tem razão, ou seja, quem tem o direito de acordo com as leis e os costumes, visando atender ao fim social da legislação e as exigências do bem comum.

Flávio Dino

Presidente do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), foi deputado federal e juiz federal



Diálogos com a Juventude

No fim da semana passada, participei de um ótimo encontro com jovens da região tocantina, realizado na cidade de Imperatriz. Ao longo de toda uma manhã, ouvi as ideias, angústias e propostas de mais de 500 jovens da região. Ontem, o encontro foi em São Luís, com jovens da Grande Ilha.

Em Imperatriz, os próprios estudantes foram anotando seus desejos em um painel chamado "Sonhos para o Maranhão", que ficará em exposição na sede do nosso Partido. Um dos jovens, perguntado sobre quais os sonhos tinha para o Maranhão, respondeu: "TUDO!".

Achei muito interessante essa resposta porque ela resume bem os anseios da juventude. E assim é mesmo em nossas vidas. Desejamos "tudo", no sentido que queremos bem-estar para nossa família e um futuro digno para todos os que nos cercam. Em um ambiente estendido, assim também é o que desejamos para toda a sociedade e, realmente, queremos "tudo": educação, saúde, segurança, emprego e desenvolvimento

para nosso estado.

Entre os jovens, esses temas tornam-se ainda mais fortes. Quando olhamos os números de violência no Brasil e, em específico, no Maranhão, nos choca o verdadeiro extermínio de parte importante da população jovem.

Somente em 2011, foram 52.198 jovens assassinados em todo o Brasil. Segundo relatório da Presidência da República, o Maranhão está entre os estados que "observam suas taxas subirem de forma acentuada e descontrolada". Nos últimos anos, o índice de assassinatos de jovens maranhenses subiu 153%.

Falei aos jovens da região tocantina e da ilha de São Luís que conheço diversas experiências positivas de redução de crimes violentos, como o Programa Pacto Pela Vida. Em nosso estado, o governo deve assumir um papel de líder de um grande pacto institucional e social de redução de violência e proteção de seus cidadãos. Isso exige ações permanentes e articuladas de várias instituições do

Estado, como o Poder Judiciário e o Ministério Público, além das polícias e organizações sociais que trabalham com o tema.

No governo de Pernambuco, essa estratégia obteve grande êxito, chegando mesmo a ser premiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na Bahia, o mesmo programa foi implantado mais recentemente. E também já se fez sentir na vida dos baianos: houve redução de 7,6% nos crimes contra a vida em 2013. No Maranhão, ao contrário, a violência só cresce, a partir da assustadora força do tráfico de drogas e das quadrilhas.

Outro tema pulsante para os jovens é o da educação. Precisamos fortalecer a Uema e ampliar o número de universidades estaduais ao longo de todo o território maranhense, a exemplo do que já foi feito em outros estados. Diferentes universidades, com reitores próprios e autonomia financeira para tomarem e executarem decisões.

E também temos de investir na educação profissionalizante. É preciso dar oportunidades a

nossos jovens para que possam encontrar vagas no mercado de trabalho, batalhar por uma vida melhor e, ao mesmo tempo, ficar longe das drogas. Nesse campo, nem é preciso dizer que falta muito a construir. Até o início deste ano, o Maranhão era o único estado da federação que não tinha um aluno inscrito no Sisutec (Sistema de Seleção da Educação Profissional e Tecnológica). O fato foi denunciado por deputados da oposição na Assembleia e, só então, o governo estadual se mexeu para aderir ao sistema.

Juntos, temos de buscar e concretizar soluções para as demandas da juventude, criando com nossas mãos o Maranhão mais justo e com mais oportunidades, com que tanto sonhamos.

Que os versos inspirados do maranhense Deusamar Santos, no belíssimo hino "Nossa Linda Juventude", animem sempre a nossa caminhada: "Voa e diz ao mundo liberdade, pois nada é impossível transformar. A fé, a força e a nossa união, removem ditadores do lugar".

Investigação ruidosa (I)

O corregedor nacional de Justiça, Gilberto Martins, acaba de determinar investigações sobre viagens ao Exterior de ministros do Superior Tribunal de Justiça e respectivas esposas, sempre em primeira classe, com pagamento de diárias, tudo por nossa conta.

A justificativa é que Suas Excelências viajam para representar o presidente do STJ, Felix Fischer, em eventos internacionais. “Causa-nos preocupação (...) o número elevado de viagens realizadas ao Exterior às custas do Erário”, diz o corregedor Gilberto Martins.

E são boas viagens para bons destinos, com preços de Primeiro Mundo, como Europa e Japão. O STJ diz que inexistente “qualquer irregularidade”. Pois é.

Investigação ruidosa (II)

O caro leitor está indignado? Surpreso? Não há motivo para surpresa: segundo o corregedor Gilberto Martins, “o problema não é novidade no Poder Judiciário, estando sob investigação outras denúncias envolvendo viagens internacionais de magistrados de diversos tribunais brasileiros”.

Exemplo: o CNJ examina na terça um processo sobre despesas irregulares no Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Há ali passagens e diárias para 31 juízes, dois desembargadores e três servidores, todos enviados à Florida, EUA, para participar de um curso de segurança pessoal. Para que?

Acertou: para nada. (*Coluna Carlos Brickmann*)

Promoção sub judice

O CNJ, em decisão liminar, suspendeu a próxima promoção para o Tribunal de Justiça do Maranhão, também por merecimento, que ocorreria no dia 02 de abril, após pedido do juiz João Santana, da 7ª Vara da fazenda da Capital, que se sentiu preterido com a promoção da desembargadora Ângela Salazar.

A liminar da conselheira Maria Cristina Peduzzi já foi referenda pelo órgão pleno do CNJ, que suspendeu a próxima promoção enquanto o CNJ não julga o caso de Salazar, no qual, segundo a conselheira, pode ter havido falta de fundamentação em alguns votos.

GONZO

- **Passagens** - Na terça-feira, segundo o jornalista Carlos Brickmann, o CNJ aprecia despesas com passagens em asa-dura, do Maranhão à Flórida (EUA), bancadas pelo TJMA!!!

- São Vicente de Férrer, pobre município da Baixada Maranhense com pouco mais de 20 mil habitantes, tem tramitando na Comarca mais de 40 processos de reconhecimento de paternidade.
- **Para agilizar tamanha demanda, o juiz Karlos Alberto Ribeiro Mota, atual titular da Comarca, procurou o Laboratório do Fórum de São Luís e realizou mutirão de coleta de material genético para o exame de DNA.**
- A respeito de São Vicente de Férrer, foi lá que nasceu Raimundo Irineu Serra, mais conhecido como Mestre Irineu e que fundou a doutrina do Santo Daime, que usa como sacramento a “ayahuasca”, batizada de Daime e associada a orações e cânticos religiosos.

Advogados

Presidida por João Batista Ericeira, foi instalada sexta-feira (04), na OAB-MA, a Associação Maranhense de Advogados (Amad), entidade que tem como principal objetivo fortalecer a arbitragem como meio para solucionar conflitos que poderiam gerar longas disputas judiciais. A entidade já firmou convênios com a Universidade Federal, Tribunal de Justiça, Justiça do Trabalho e Sebrae-MA para intermediação de negociações entre as partes em litígio. Dia 10, quinta-feira, a Amad promove um debate sobre os 50 anos da ditadura militar, quando analisará suas conseqüências no Maranhão.

►► A população de Apicum-Açu está apreensiva com a audiência que vai acontecer dia 9 (quarta-feira), na Comarca de Bacuri, sobre o brutal assassinato contra um cidadão de bem, muito querido na cidade, cometido pelo irmão do prefeito 'verde'!!! O crime deixou Apicum-Açu e toda a região muito chocados!!! A população pede justiça e que o acusado, que foi presidente da Câmara do município, seja transferido imediatamente da regional de Pinheiro para Pedrinhas!!! A população da região está muito focada nessa audiência!!! Vixi, Maria!!!

►► E ARNALDO 'MELOU'!!! 'Melou' e Dr. Pêta errou!!! Errou foi 'feio'!!! Contrariando as "previsões aqui previstas", a 'vice-sub-judice' anunciou oficialmente que vai ficar mesmo até o final do governo!!! Preferiu correr todos os riscos e concluir o mandato, para depois, sem mandato e juntinho com o 'cara-metade-ex-de-novo-super', entrar para a 'Geiadeira'!!! Bom, mas as previsões tinham todo rumo; afinal, até um mês, um mês e meio atrás, conforme admitiu um 'passarinho' com trânsito livre, até de madrugada, no Palácio dos Leões e na 'Casa Mal Assombrada', nem ela mesmo sabia se ficava ou se saía!!! O mesmo 'passarinho', uma semana atrás, confirmou que ela ficaria, mas, ainda assim, Dr. Pêta não acreditou; afinal, ficar sem um mandato para ela seria sinal de problemas..., de riscos e incômodos, principalmente judiciais!!! "Governador não assina nada", diziam os 'fican-tes'!!! "Mas pode ser incomodado por qualquer juiz", rebatiam os crentes na saída!!! Bom, mas o certo mesmo é que a dúvida permaneceu até o último momento!!! Nada foi previamente estudado..., a não ser o Plano A!!! E o plano A consistia na saída de Washington da vice-governadoria, na chegada de Max Barros à Presidência do Poder Rangedor, para eleger Luís Fernando, indiretamente, governador do Estado para um mandato tampão de 9 meses, com a devida 'aquietação' de Arnaldo Melo!!! Mas 'meteram na cabeça' de Melo que ele estava com a faca e o queijo na mão para ser governador, de qualquer

jeito!!! A 'mosca azul' picou 'Don Arnaldon' e aí não prestou..., o plano 'gorou', 'fez água', e a 'vice-sub-judice', do mesmo jeito que 'birrou' com 'A Grande', 'birrou' com 'Arnaldon'!!! Fico, fico e fico...!!! Mas – observe bem, 'Moreno' –, há quem aposte que ela usou a 'ilusão' de 'Don Arnaldon' para uma 'saída honrosa' da política, já que tá 'tudo perdido' mesmo, como avaliam os defensores dessa tese!!! Dr. Pêta não acreditava nisso!!! A possibilidade de 'aposentadoria política' da 'vice-sub-judice' perdia sentido na medida em que toda uma 'engenharia-tceniana' era posta em prática para 'arrancar' o vice-governador do Palácio dos Leões!!! Se ela tinha certeza de que iria ficar, 'praque' tirar Washington de lá????!!! 'Elementar, meu caro Watson'!!!

►► E agora????!!! Agora, é confusão e inquietação à vista!!! Confusão, pela disputa da vaga dela ao Senado, principalmente entre Gastão e Edinho Lobão!!! Gastão seria o preferido dela, e Edinho, de 'Don Bigodon', porque vê na candidatura do dono da Difusora a forma de engajar o ministro Lobão na campanha!!! E inquietação, por parte de Luís Fernando, que, tudo indica, a se levar em conta toda essa 'balbúrdia oficial', ainda não sabe como "esse jogo vai ser jogado"!!! Enquanto isso, o vice de 'E-36' comemora!!! Ganhar da 'vice-sub-judice' seria muito difícil; agora, numa disputa com Gastão ou Edinho, convenhamos, a situação é bem mais confortável para Roberto Rocha!!!

▶▶ Qual é a cidade maranhense que vai virar um 'caldeirão', quarta-feira, com o julgamento de um irmão de prefeito acusado de assassinato???!!! Tem deputado preocupado!!!

Tatuagem I

Atitude que pode acompanhar o portador pela vida afora, o uso das tatuagens definitivas levantam questionamentos de todos os tipos, inclusive os preconceituosos. O certo é que a tatuagem só deva ser adquirida na fase adulta, para que quem a possua sinta o peso da responsabilidade pelo ato. Antes da maior idade, pais ou responsáveis têm a obrigação de orientar para as consequências, inclusive o arrependimento lá adiante.

Tatuagem II

Sobre a questão, o Tribunal de Justiça do Maranhão acatou mandado de segurança de candidato ao cargo de soldado da Polícia Militar que havia sido excluído dos exames médicos por possuir uma tatuagem. Na decisão, os desembargadores das Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas consideraram o candidato apto, entendendo que houve violação aos princípios da legalidade e isonomia, já que não existe na Legislação nenhuma proibição neste sentido. A relatora do processo foi a desembargadora Maria das Graças Duarte.

DIRETAS JÁ

Pela Democratização do processo eleitoral no Judiciário

**RAIMUNDO NONATO
MAGALHÃES MELO***

Com o objetivo de democratizar o processo eleitoral no Poder Judiciário, as entidades representativas da magistratura marcaram para o dia 31 de março uma ação conjunta para pedir eleições diretas para Presidentes dos Tribunais, protocolando perante todos os Tribunais Estaduais, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunais Regionais Federais requerimentos solicitando a alteração imediata dos respectivos regimentos internos para permitir que os juízes de primeiro grau também participem ativamente do processo de escolha dos Presidentes e Vice-Presidentes.

E não podia ter sido escolhido data com melhor simbologia: 31 de março de 2014, dia em que se completa 50 anos do Golpe Militar de 1964, que marcou o início de um retrocesso na Democracia Brasileira, instaurando-se um regime de exceção a Direitos Fundamentais, que vivenciamos por longos 21 anos, até a campanha por Eleições Diretas na década de 80, e a Democracia somente teve o seu retorno consolidado com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988.

Com este movimento do associativismo, a magistratura nacional demonstra para a sociedade brasileira a necessidade de se superar o modelo retrógrado do voto censitário (apenas os Desembargadores votam nas Eleições para Presidente dos Tribunais) para se instalar, imediatamente, o modelo democrático da participação direta de todos os magistrados na escolha dos representantes do Poder, universalizando o direito ao voto, modelo este já experimentado com sucesso pelas demais Instituições Democráticas de Estado, tais como Ministério Público e Defensoria Públicas Estaduais, nas quais todos os membros dessas Carreiras de Estado participam efetivamente das Eleições de seus Dirigentes.

Ademais, pela proposta da AMB também se ampliará a elegibilidade, permitindo que sejam submetidos a votação todos os Desembargadores, não apenas os mais antigos, o que viabiliza a escolha pautada em critérios técnicos, priorizando-se a escolha daquele magistrado que, para a maioria dos membros da magistratura, se apresente como o melhor gestor ou administrador da coisa pública.

Apoio o movimento e entendo que a consolidação deste novo modelo de Democra-

tização do processo eleitoral no Judiciário deve se dar imediatamente, bastando a alteração dos Regimentos Internos dos Tribunais, em observância a própria autonomia constitucionalmente consagrada ao Poder Judiciário para dispor sobre seus assuntos internos, independentemente de deliberação e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 187/2002, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre as eleições diretas dos presidentes de Tribunais de 2º Grau, de autoria do Deputado Federal Wellington Fagundes (PR-MT).

Portanto, esta mudança histórica assegurará a efetiva observância da prerrogativa da própria Magistratura, reconhecendo-se todos os magistrados como membros de Poder, não apenas os membros integrantes das Cortes, permitindo a implementação de uma gestão efetivamente participativa, ao tempo em que convido os demais Desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão a aderir a este movimento associativo, consolidando democraticamente o pioneirismo de nossa Corte Estadual.

**Desembargador integrante da Primeira Câmara Criminal do TJMA.*

O DITADOR DE DUQUE BACELAR - MEMÓRIAS

**LÁZARO ALBUQUERQUE
MATOS**

Duque Bacelar tem no nome um duque e na história um ditador. Os dois lhe chegaram às mãos por dádiva de Coelho Neto.

Em 1955, o povoado "Grapa" sai de Coelho Neto como município de Duque Bacelar, nome do patriarca da família Bacelar. Anos depois, chega o ditador. Ditador Coutinho era o nome dele, e só o nome lhe ostentava o título. Não era um governante autoritário, pois sua missão na cidade não era comandar uma ditadura. Escrevô de cartório: o ofício que lhe foi dado.

Meu pai, como oficial de Justiça, fazia companhia ao seu Ditador no cartório ao lado do Toinho, filho do dono do cartório, que o ajudava nas tarefas cartoriais. Seu Ditador sempre ganhava outra companhia no cartório: eu. Por minha amizade ao Toinho, meu colega de Ginásio Bandeirante e por ser eu levado por meu pai, Serafim Oliveira Matos, o oficial de Justiça, muito amigo do seu Ditador, eu me fazia bem-vindo ao cartório.

E ficava eu lá no cartório morrendo de rir das piadas contadas por nosso escrevô. Antes, porém, eu tirava dúvida de técnica agrícola com a professora Marise Coutinho, também filha do dono cartório, de quem eu era aluno da matéria no Ginásio. E ainda me deliciava ouvindo o Tarcísio, outro filho do seu Ditador, ao violão, cantando músicas da Jovem-Guarda, coisa que fazia com perfeição.

Mas o orgulho do seu Ditador era a volta das viagens que ele fazia pra São Luís. Ele reunia os amigos, no fim do expediente, na porta da venda do meu pai, a quitanda o "Fuxico", na Beira do Rio, para exaltar a capital do Maranhão e os filhos dele que moravam

nela. De um, lembro-me muito bem o nome: Milson. Este era o mais destacado: "trabalha na Prefeitura, é jornalista, advogado" e mais dizia seu Ditador, entupido de si, com o orgulho do filho.

Numa dessas reuniões, estava eu atendendo na venda do meu pai quando ouvi alguém dizer: "Amanhã meu filho Milson vai estar na rádio, às duas horas, no horário do MDB, pois ele é candidato a deputado estadual". Não tive dúvida, era o seu Ditador convidando os amigos a ouvirem o filho falar. Não sei quem mais fez isso, mas às duas horas em ponto liguei o velho "FHILCO" do meu pai na Timbira, e pus-me a ouvir todo o pronunciamento do Dr. Milson Coutinho (achado que já era doutor, a eloquência dele dizia). O ano era 1970, parece-me.

No dia seguinte, corri ao cartório e disse ao seu Ditador que tinha ouvido o filho dele falar no rádio. "O que achou"? Perguntou-me. Não sei se vai ser eleito, respondi. Mas, seu Ditador, não fique triste, pois seu filho poderá não ser deputado, mas vai ser algo mais importante, disse-lhe, com a certeza de eu ter ouvido uma montanha de sabedoria do candidato.

Depois, eu já morando em São Luís, e procurando emprego na cidade, por volta de 1973, encontrei-me com o saudoso Toinho no Edifício Caiçara. Sem muita conversa ainda, ele foi logo me dizendo: "vamos ali onde papai, nós moramos bem aqui pertinho, na Rua São Pantaleão". Fui com ele. Logo ao chegar ao portão da casa, vi seu Ditador sentado numa cadeira de macarrão e outra vazia ao lado. Com a simpatia e o convite, dele fiz logo da cadeira vazia um confortável assento – cansado de andar, eu estava precisando – e pus-me a prosar com seu Ditador. "Cadê o Serafim, como é que ele está"? Foi logo in-

dagando seu Ditador, (Serafim era meu pai). Ele está bem. Ficou em Duque, respondi-lhe.

Depois de um longo bate-papo com seu Ditador, com muita conversa sobre Duque Bacelar, pois ele quis saber de muitas coisas que por lá deixou, o Toinho volta, pois ele havia me deixado a sós com seu pai. Dona Elza também apareceu com um cafezinho. Se havia mais alguém na casa, não vi.

Eu já fixado em São Luís, trabalhando em um comércio na Rua de Santana, e morando no Codozinho, perto do Cemitério do Gavião, a Rua São Pantaleão passou a ser o meu itinerário entre residência e o emprego. Ver a figura do seu Ditador sentado no mesmo lugar que o encontrei na primeira vez em que fui à sua casa, com a outra cadeira ora com Dona Elza, ora vazia, passou a ser uma constância em minha passagem por aquela rua. E eu sempre parava no portão para cumprimentá-lo. Às vezes, uma conversinha também fazia parte do encontro.

Ainda hoje, quando eu passo pela Rua São Pantaleão, observo as duas cadeiras no mesmo lugar na casa em que morou seu Ditador. Com uma diferença: as duas estão sempre vazias, como se à espera dele para sentar em uma delas. Mas vejo nelas a cara do saudoso Ditador de Duque Bacelar. E esta ilusão de ótica me traz de volta à memória o divertido contador de histórias e causos no seu cartório em Duque Bacelar.

E assim, o deputado não saiu com a candidatura de 1970, mas com o amor de dona Elza, sua esposa, o Ditador de Duque Bacelar ditou para o Maranhão um desembargador e presidente do Tribunal de Justiça: o Dr. Milson Coutinho. Acho que seu Ditador não teve em vida este último orgulho do filho. Mas morreu orgulhoso de todos os filhos que tinha.

Pressão total

Os sindicatos pressionam o Poder Executivo para equiparar os benefícios de seus servidores com os do Judiciário e Legislativo. Os valores estão muito defasados. Dois exemplos: um auxílio-creche no Executivo é de R\$ 94 (que não deduz do IR!), mas para o Judiciário é R\$ 780. Os vales-refeições são de R\$ 373 e R\$ 1.100, respectivamente.

Oposição ingressa na Justiça contra gastos da propaganda de Roseana

Os deputados Domingos Dutra e Rubens Júnior ingressaram na 2ª Vara da Fazenda Pública, na última quinta-feira, com uma Ação Popular, com pedido de liminar, para impedir 'gastos abusivos' do governo Roseana Sarney com publicidade de cunho promocional da governante e aliados políticos.

PÁGINA 3 [C1]

Oposição entra na Justiça contra governo Roseana tentando evitar 'gastos abusivos'

Os deputados Domingos Dutra e Rubens Júnior ingressaram na 2ª Vara da Fazenda Pública, na última quinta-feira, com uma Ação Popular, com pedido de liminar, para impedir 'gastos abusivos' do governo Roseana Sarney com publicidade de cunho promocional da governante e aliados políticos.

Os deputados pedem a imediata vedação de veiculação de propaganda nos órgãos de propriedade da governadora Roseana Sarney, que são contratados indiretamente pelas agências de publicidade, assim como que sejam declarados nulos os contratos desde 17 de abril de 2009, e ainda a devolução dos valores.

Dutra afirma que "as verbas destinadas à publicidade, em

tese institucional do Estado, têm servido para fazer promoção pessoal da governante e dos seus aliados políticos, visando às eleições de outubro próximo, além de engordar os caixas das empresas de comunicação da própria governadora do Estado do Maranhão".

Roseana Sarney é sócia da TV Mirante, Rádio Mirante, e do jornal Estado do Maranhão. Figuram ainda como réus na ação, além de Roseana, Sérgio Macedo, ex-secretário de comunicação; Carla Georgina, atual secretária de comunicação; TV Mirante, Rádio Mirante, e as empresas de publicidade AB Propaganda e Marketing, Canal Comunicações e Ltda, Phocus Propaganda e Marketing Ltda., VCR Produções e Publicidade.



DEPUTADOS RECORREM à Justiça para evitar gastos abusivos do governo com publicidade promocional